

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

**ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL
1975-1995**

*Maria Luiza HEILBORN¹
Bila SORJ²*

Neste trabalho não pretendemos realizar um balanço detalhado e exaustivo da produção acadêmica na área de relações de gênero.³ Tal objetivo tem sido regularmente atendido por inúmeros balanços parciais em diferentes áreas temáticas.⁴ Nossa intenção é sobretudo refletir sobre três aspectos do desenvolvimento destes estudos no país: 1) os caminhos da institucionalização dos estudos de gênero no país; 2) as contribuições que o desenvolvimento do conceito de gênero nas ciências sociais vem oferecendo para a compreensão da organização da vida social; 3) através da seleção de algumas áreas temáticas (trabalho, violência, sexualidade e família) procuraremos avaliar as inovações cognitivas que a utilização deste conceito promove.

¹ Professora adjunta de antropologia do Instituto de Medicina Social/UERJ

² Professora adjunta de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ.

³ Este trabalho contou com a participação de Moema Vergara na qualidade de assistente de pesquisa.

⁴ Esses balanços podem ser encontrados especialmente no BIB, ver, entre outros, PENA, Maria Valéria, J., “Mulher na Força de Trabalho”, BIB, n° 9, 1980; FUKUI, Lia, “Estudos e Pesquisas sobre a Família no Brasil”, BIB, n° 10, 1980; AGUIAR, Neuma, “Ensaio Bibliográfico: Mulheres na Força de Trabalho na América Latina”, BIB, n° 16, 1983; CORRÊA, Mariza, “Mulher e Política. Um Debate sobre a Literatura Recente”, BIB, n° 18, 1984. Os artigos de LOBO, Elisabeth, S., “O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho”; CASTRO, Mary, G. e LAVINAS, Lena, “Do Feminino ao Gênero: a construção de um objeto”; HEILBORN, Maria Luiza. “Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil” e PINTO, Céli Regina Jardim. “Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político”, In COSTA, Albertina, O. e BRUSCHINI, Cristina (orgs.), *Uma Questão de Gênero*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia, “Pesquisa sobre Mulher no Brasil: do limbo ao gueto?”, São Paulo, Cadernos da Fundação Carlos Chagas, n° 54, ago./1985. Os artigos de: COSTA, Ana Alice, A. e SARDENBERG, Cecília Maria, B.. “Teoria e Práxis Feministas na Academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras”; SAFFIOTI, Heleieth, I. B.. “Violência de Gênero no Brasil Atual” e GROSSI, Miriam Pillar. “Novas/Velhas Violências contra a mulher no Brasil”, todos se encontram na *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, número especial, 2° semestre, 1994; ROZEMBERG, Fulvia, “Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero”, In MICELLI, Sérgio (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Sumaré/FAPESP, 1993.

A Institucionalização dos Estudos de Gênero

Contrariando reputadas análises da história da sociologia como a construção de um discurso à parte, cumulativo e puramente acadêmico (Bottomore e Nisbet, 1979)⁵, a consolidação dos estudos de gênero nas ciências sociais indica que o discurso sociológico é permeado e reformulado por novas reflexões e entendimentos que se originam fora de seus limites organizacionais.

Se o caráter “parasitário” da sociologia⁶ parece ser constitutivo da sua própria prática, a maneira pela qual as ciências sociais irão incorporar e elaborar discursos originados fora dela dependerá simultaneamente da organização interna da comunidade de cientistas sociais, mais ou menos permeável à inovações, e da capacidade desses discursos ganharem reconhecimento no meio acadêmico.

Para que as peculiaridades da institucionalização dos estudos feministas no Brasil se tornem mais claras vale a pena determo-nos um pouco no caso norte-americano. Nos Estados Unidos, a origem dos estudos feministas, juntamente com a dos estudos raciais, encontra-se nos movimentos de protesto ocorridos nas universidades americanas ao longo da década de sessenta. Este movimento inspira o questionamento da visão e prática despolitizada do *establishment* profissional e acadêmico das ciências sociais. As feministas estarão à frente da crítica à organização científica e profissional dominante, suas divisões disciplinares, seus critérios de autoridade científica, hierarquia e deferência acadêmicas e dos fundamentos científicos sobre os quais repousavam as correntes dominantes da sociologia. Denominando-se *feminist* ou *women's studies*, é principalmente na docência, através da criação de novos cursos universitários que as acadêmicas feministas pretendem impulsionar a reflexão sobre a experiência das mulheres e as aspirações feministas.⁷

No Brasil, as relações entre o movimento feminista e a academia ocorrem em

⁵ BOTTOMORE, T. B. and NISBET, R. A. (eds.). *A history of sociological analysis*. London: Heinemann, 1979.

⁶ Para uma visão da sociologia nestes termos ver URRY, John, *Consuming places*. London and New York: Routledge, 1995.

⁷ Para uma história dos “Women’s Studies” nos Estados Unidos ver, BOXER, Marilyn, J.. “For and About Women: the theory and practice of women’s studies in the United State”, In KEOHANE, N. O.; ROSALDO, M. Z e GELPI, B., *Feminist Theory. A critique of ideology*. The University of Chicago Press, 1982.

cenário distinto. Em primeiro lugar, o movimento feminista brasileiro nunca teve a inspiração radical presente na contraparte norte-americana ou europeia.⁸ Os problemas sociais em sociedade altamente desigual impuseram ao feminismo brasileiro uma orientação muito mais moderada no que diz respeito ao confronto entre os sexos e mais articulada ao discurso dominante nas esquerdas. Em segundo lugar, o feminismo contou desde a sua origem com expressivo grupo de acadêmicas, a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais.⁹ As acadêmicas, por sua maior exposição a idéias que circulam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados. Assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades.

À diferença do que ocorreu nos Estados Unidos, as feministas da academia não desenvolvem estratégias de enfrentamento com as organizações científicas e com os departamentos a que estão vinculadas e concentram os seus esforços, quase que exclusivamente, na área da pesquisa social. Por certo, ao longo do tempo foram criados núcleos de estudo em muitas universidades e em centros de pesquisa do país mas nenhum deles se transformou em uma unidade própria de ensino.¹⁰ Assim, a diferença fundamental entre a institucionalização dos estudos feministas nos Estados Unidos e no Brasil é que aqui as acadêmicas, ao invés de construírem espaços alternativos, procuraram se integrar à dinâmica da comunidade científica nacional mediante a

⁸ GOLDBERG, Anette. "Feminismo no Brasil Contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político", BIB, n° 28, 1989.

⁹ O interesse acadêmico em pesquisar a situação das mulheres no país já se manifesta no início dos anos 70. Zahidé Machado Neto leciona, na Universidade Federal da Bahia, disciplina sobre família e relações entre os sexos em 1973; várias pesquisadoras brasileiras participam da Conferência sobre Perspectivas Femininas nas Ciências Sociais Latino-Americana realizada em Buenos Aires em 1974; acadêmicas brasileiras estarão presentes, também, na Welsley Conference on Women and Development em junho de 1976; o Coletivo de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas organiza um seminário "A Contribuição das Ciências Humanas para a Compreensão do Papel das Mulheres" na reunião da SBPC em 1975 e publicado no mesmo ano como um número especial do Cadernos de Pesquisa. Algumas pesquisadoras já haviam publicado trabalhos tratando da questão das mulheres: Heleieth Saffioti, Carmen Barroso, Neuma Aguiar e Eva Blay entre outras.

¹⁰ Grupos de trabalho sobre gênero estão presentes nos encontros da ANPOCS desde a sua origem; disciplinas tratando de questões de gênero estão presentes nos *curricula* de vários programas de pós-graduação; revistas feministas acadêmicas são produzidas em estrita vinculação com programas de pós-

obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das ciências sociais.

Os *Estudos sobre Mulher*, *Estudos de Gênero* ou de *Relações de Gênero* foram as fórmulas encontradas para institucionalizar a reflexão impulsionada pelo diálogo com o feminismo na academia brasileira. A escolha de uma ou outra destas denominações não é ingênua nem arbitrária, pelo contrário, remete às controvérsias sobre a natureza e os limites desta área de estudos. Na década de setenta "estudos sobre mulher" foi a denominação mais comum utilizada para caracterizar esta nova área. Livros, artigos e seminários fazem constar de seus títulos o termo mulher e pretendem, principalmente, preencher lacunas do conhecimento sobre a situação das mulheres nas mais variadas esferas da vida e ressaltar/denunciar a posição de exploração/subordinação/opressão a que estavam submetidas na sociedade brasileira.

A partir da década de oitenta observa-se uma gradativa substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, como identificador de uma determinada área de estudos no país. Em termos cognitivos esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino. Os homens passaram a ser incluídos como uma categoria empírica a ser investigada nesses estudos e uma abordagem que focaliza a estrutura social mais do que os indivíduos e seus papéis sociais foi favorecida.

Gênero, como uma categoria de análise, também foi usado pelas acadêmicas feministas para criticar os pressupostos que informam os principais paradigmas da teoria social. Em outras palavras, não se trataria apenas de entender a relevância das relações de gênero na organização da vida social mas como o gênero afeta o próprio conhecimento produzido pelas ciências sociais. As versões mais radicais desta crítica, como aquelas que postulam uma epistemologia feminista e desqualificam a teoria sociológica como androcêntrica, tiveram pouco impacto no Brasil. Talvez essa seja mais uma evidência da pouca disposição das acadêmicas feministas em assumir uma posição de confronto ou de isolamento na academia.

Para além da relevância cognitiva, a adoção do conceito de gênero em substituição aos termos mulher e feminismo favoreceu a aceitação acadêmica desta área

de pesquisa, na medida em que despolitizou uma problemática que, tendo se originado no movimento feminista, mobilizava preconceitos estabelecidos.

No Brasil, novamente contrastando com os Estados Unidos, esta passagem foi realizada sem grandes traumas. No melhor dos casos “gênero” foi adotado de uma maneira consensual, no pior dos casos optou-se por um compromisso simbolizado pela adoção de ambos termos, mulher e gênero, separados agora por uma barra.

O esforço em construir uma problemática sociológica diferenciada do problema político trazido pelo feminismo caracteriza boa parte dos esforços de institucionalização desta temática¹¹. Entretanto, esta associação original ainda continua produzindo efeitos sobre a organização do campo de estudos de várias maneiras. Primeiramente, a despeito de mudanças recentes, ainda é notório o fraco interesse que o tema tem despertado entre profissionais homens, fenômeno observado internacionalmente. Por um lado, isto reflete o peso que a hierarquia de prestígio entre os sexos tem em ordenar objetos científicos e cientistas; por outro, a percepção de que existe uma forte associação entre a área de estudos de gênero e movimentos de mulheres dificulta a incorporação de pesquisadores homens. Segundo, os temas favoritos dessa área continuam a ser aqueles mais próximos da experiência das mulheres como família, sexualidade, trabalho, educação, o que acaba por reforçar a imagem que este é um assunto sobre e para mulheres.

O apoio institucional e financeiro da Fundação Ford desempenhará papel relevante na legitimação desta área de estudos no Brasil. As acadêmicas feministas apresentam, na década de oitenta, o que se poderia chamar do tipo-ideal de novo cliente para o qual a Fundação Ford procurava orientar seus investimentos no Brasil. Além de disporem de um perfil que correspondia às novas prioridades de investimento da Ford¹² - i.e., articulação entre trabalho acadêmico especializado e preocupações de intervenção social através de políticas públicas de correção de desigualdades sociais -, elas atendiam, também, às prioridades temáticas desta agência.

Com efeito, a percepção do papel crucial que as mulheres desempenham na

¹¹ Este esforço parece ter sido muito bem sucedido haja vista a crítica que as pesquisadoras mais bem integradas, digamos assim, ao *mainstream* acadêmico brasileiro, sofreram em recente consultoria solicitada pela Fundação Ford à Navarro e Barrig (Consultants' Report on the Status of Women's Studies in Brazil for the Ford Foundation, 94) sobre os estudos de gênero no Brasil. As consultoras consideram que os estudos de gênero no Brasil teriam perdido o seu viés militante e seriam acrílicos às regras de hierarquia de uma academia, em suas percepções, seriam androcêntricas.

¹² Para uma análise da atuação da Fundação Ford no país ver MICELI, Sérgio, “A Aposta numa Comunidade Científica no Brasil, 1962-1992”, In MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no*

modernização das sociedades latino-americanas, especialmente no que diz respeito ao controle populacional, teve grande apelo a partir da década de setenta e passou a orientar as políticas de investimento de muitas agências internacionais, entre elas, a Fundação Ford. O feminismo em geral, e aquele que começava a se manifestar na América Latina, foram percebidos como fortes aliados na construção de um modelo de feminilidade que relativizava a maternidade como ideal exclusivo e encompassador das mulheres.

Já nos anos 70, o Brasil foi identificado pela Fundação Ford como o país onde o interesse pela pesquisa e a variedade de pesquisadores voltados ao estudo das mulheres estavam mais desenvolvidos do que nos outros países da América Latina¹³. A Fundação Carlos Chagas, CEBRAP, IUPERJ e USP abrigam muitos destes pesquisadores, alguns tratando especificamente da temática, outros inserindo-a no contexto de pesquisas mais amplas.

Dentre as diferentes possibilidades de investimento na época, a Fundação Carlos Chagas parecia oferecer as melhores condições de aproveitamento dos recursos da Fundação Ford. Além da destacada reputação e boa infra-estrutura organizacional e de comunicação, era a instituição mais bem informada sobre as pesquisas que estavam sendo realizadas no país nesta área temática. Ademais, em consonância com as novas orientações da Fundação Ford - de substituir o apoio ao desenvolvimento institucional pelo fomento direto à pesquisa, à formação de redes e comunicação entre pesquisadores -, a Fundação Carlos Chagas, através do programa de dotação de bolsas para pesquisa, entrou para o seleto círculo dos maiores beneficiários das dotações desta agência¹⁴.

Este e outros apoios que se seguiram à vários programas e pesquisadores foram decisivos para legitimar projetos de pesquisa e resultados científicos, sobretudo, em um ambiente acadêmico muito sensível ao reconhecimento adquirido mediante a obtenção de financiamentos junto às agências de apoio externas.

Identificar o grau de institucionalização da área de estudos de gênero e seu impacto sobre o conjunto das ciências sociais do país é uma tarefa difícil. A

Brasil, vol. II, Editora Sumaré, 1995.

¹³ GERMAIN, Adrienne. Consultancy on Brazilian Women's Role in Development, The Ford Foundation, 1976. (mimeo)

¹⁴ De fato, a Fundação Carlos Chagas, com o seu programa "Gênero e Educação, é a segunda maior instituição doadora da Fundação Ford na área de ciências humanas no período de 1962 a 1992, ver GERMAIN, Adrienne. *Op. cit.*, p. 393.

INCORPORAÇÃO da categoria de gênero nas disciplinas que compõem as ciências sociais - antropologia, sociologia e ciência política - é bastante desigual. Num exercício de exemplificação, utilizando as instituições de pós graduação no Rio de Janeiro¹⁵ observa-se no período considerado que o número de dissertações e teses é significativamente maior na área da antropologia e nulo na ciência política. Tal característica não nos deve surpreender. Por um lado, a antropologia historicamente debruçou-se sobre temas que o olhar instaurador do debate havia eleito: a visibilidade das mulheres e dos domínios sociais correlatos à sua presença mais evidente. Assim família, papéis sexuais, divisão do trabalho e organização do cotidiano sempre integraram o elenco de preocupações da disciplina. Por outro lado, como bem assinala Céli Pinto, a ciência política não teve a sua disposição uma entrada expressiva da mulher no mundo tradicionalmente entendido como político como também, em função do privilegiamento de certas searas da vida social, peculiar à trajetória do despertar do interesse pelo gênero, o político foi freqüentemente tomado como alheio à condição feminina (Pinto, 1992, p. 128). Se por um lado isso apta para um esforço auto-reflexivo, por outro sinaliza a preferência das pesquisadoras por temas centrados na experiência mais imediata das mulheres.¹⁶ Contudo, cabe assinalar uma profusão de pesquisas sobre o movimento feminista ou de mulheres. Alguns deles permitindo uma reavaliação das forças raciais que estariam em jogo na redemocratização do Brasil nos anos 80¹⁷

Se tomarmos alguns indicadores como a frequência de artigos em periódicos nacionais de maior circulação entre os cientistas sociais, a conclusão é que esta questão ainda é marginal¹⁸. Isto contrasta com o aporte significativo de recursos institucionais

¹⁵ A escolha do Rio de Janeiro justifica-se pela impossibilidade de acessar por meio eletrônico bancos de dissertações e teses nas demais instituições brasileiras que facultassem a leitura dos seus resumos, o que permitiria uma avaliação acurada da proposição dos trabalhos. A distribuição observada é a seguinte: Mestrado em Antropologia do Museu Nacional, período de 1971 a 1996, total de dissertações defendidas: 53, número de dissertações versando sobre gênero: 12, percentual: 23%; Doutorado - período de 1983 a 1998, total de teses defendidas: 74, número de trabalhos sobre gênero: 7, percentual: 9,4%. Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IUPERJ, período de 1993 a 1996, total de dissertações defendidas: 42; total de teses defendidas, doutorado: 31, número de dissertações e teses versando sobre gênero: 6, percentual de 8,2%.

¹⁶ PINTO, Céli Regina Jardim “Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político” In COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992 [127-150]. Há ainda o trabalho inaugural de CALDEIRA, Teresa. *A política dos outros*. São Paulo, Brasiliense, 1994 que trata da percepção da esfera política por parte de mulheres da periferia paulistana.

¹⁷ ÁLVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics*. Princeton University, Princeton, 1990.

¹⁸ Dos 342 artigos publicados nos 57 periódicos da revista *Novos Estudos CEBRAP* no período de 1975 a

intelectuais de que dispõem a área de estudos de gênero. Além de financiamentos específicos¹⁹, grupos de trabalho voltados a essa temática reúnem-se regularmente nos encontros anuais da ANPOCS, bem como, duas revistas acadêmicas são publicadas : Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu²⁰.

Se a problemática das relações de gênero tem encontrado nos espaços acadêmicos auto-organizados um importante meio de desenvolvimento, ela não se limita apenas àqueles espaços.

É visível a maior atenção e importância que as ciências sociais no país têm dado às relações de gênero em um amplo espectro de temas pesquisados e apresentados, por exemplo, nos encontros anuais da ANPOCS²¹. Nota-se, também, que o interesse pelo tema já não depende, como antes, de motivação política, haja vista a proliferação de teses de mestrado e doutorado de jovens pesquisadores sem qualquer vínculo militante com o movimento feminista. Da mesma forma observa-se que homens vêm sendo atraídos pelas questões relativas à masculinidade e sexualidade, alterando a composição sexual do campo e ainda, que os estudos passaram a incorporar uma perspectiva mais relacional das identidades masculinas e femininas.

Nesse sentido, podemos concluir que a área dos estudos de gênero, na medida em que desenvolve o seu potencial analítico e convence sobre relevância dos seus achados, prescinde das motivações políticas que marcaram sua origem e a primeira geração de pesquisadoras. Este movimento já vem sendo sinalizado na ampliação, ainda

1996, apenas 9 ou seja 2.6% são dedicados a temática de gênero. Dos 277 artigos publicados na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* entre junho de 1986 a fevereiro de 1998 apenas 9 ou 3,25% trataram de questões de gênero. Na revista *Dados* do total de 285 artigos publicados entre 1975 a 1997 apenas 7 ou 2,5% tratam de assuntos relacionados ao gênero. No *BIB* encontramos 24% dos artigos voltados ao tema.

¹⁹ Refiro-me especificamente aos Concursos de Dotação para a Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero promovidos periodicamente pela Fundação Carlos Chagas.

²⁰ Estas duas revistas estão diretamente ligadas a programas de pós-graduação em ciências humanas. A Revista de Estudos Feministas criada em 1992, foi a princípio sediada no CIEC da Escola de Comunicação da UFRJ, transferindo-se a partir de 1995 para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da mesma universidade, na época em convênio com Programa de Ciências Sociais da UERJ, hoje estando apenas no IFCS/UFRJ. A idéia fundadora da revista, que conta com o apoio da Fundação Ford, era a de instaurar um modelo de rotatividade tanto do corpo editorial como de sua sede institucional. O próprio nome da publicação reflete mais os compromissos com o perfil da clientela alvo da agência financiadora (“ativistas”) do que propriamente com a auto-percepção do grupo gestor da publicação sobre sua inserção acadêmica. A revista Pagu integra-se ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e foi criada em 1993, sendo uma publicação mais claramente vinculada à sua instituição sede.

²¹ Neste sentido destaca-se a experiência do GT da ANPOCS ‘Sociologia do Trabalho’ que substituiu o GT ‘Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais’. Desde sua fundação, contou com um número expressivo de pesquisadoras voltadas ao estudo das relações de gênero. Mas que, no entanto, optaram por desenvolver as suas preocupações em diálogo estreito com as disciplinas que compõem as ciências sociais.

que lenta, da pauta de pesquisas desta área, do aumento da audiência acadêmica interessada e na mudança da composição sexual e etária dos pesquisadores.

Finalmente, vale a pena lembrar que sob o título e abrigo dos estudos sobre a mulher, ou como se quer agora do gênero²², aglutinam-se os mais distintos e contrastantes graus de competência acadêmica. Esses contrastes são inerentes ao meio intelectual e não destoam do conjunto das ciências sociais no país.

É na medida em que se pode acompanhar as discussões teóricas e em campos temáticos específicos, que se pode avaliar como tais estudos forneceram, de fato, elementos para sofisticar a investigação sociológica²³. É o que procuraremos fazer a seguir a partir da seleção de algumas áreas temáticas.

O Conceito de Gênero: embates teóricos

Deve-se salientar que o conceito em pauta pertence claramente a uma tradição anglo-saxã. A linha de investigação francesa jamais incorporou essa categoria, consagrando em seu lugar o termo relações sociais de sexo (*rappports sociaux de sexe*). Esse modo de cunhar a expressão tem uma inequívoca ascendência marxista, oriunda do termo relações sociais de produção. No contexto francês faz pouco sentido usar a expressão gênero, sobretudo pela crítica que as cientistas sociais dessa nacionalidade fazem ao termo, assinalando laivos por demais culturalistas nessa escolha e por sustentarem que qualquer dimensão da vida social implica sua *modelização*, isto é, seu afastamento de uma quinhão natural que porventura pudesse manter. Vale mencionar a existência de uma distinção pertinente ao debate francês sobre o assunto que opõe diferencialistas e igualitaristas. Essa segmentação do campo tem repercussões em

²² Começam a surgir os estudos sobre masculinidade, e em parte, replicam os problemas detectados nos estudos sobre mulher. Ver para uma avaliação crítica – OLIVEIRA, P.P. “Discursos sobre a Masculinidade”, In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 6 nº 1. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1998 e a coletânea organizada por CORNNALL, Andrea e LINDISFARNE, Nancy. *Dislocating masculinity*. New York/Londres, Routledge, 1994.

²³ Os estudos de gênero também tiveram significativo impacto extra-acadêmico. Um desses pode ser observado nas alterações procedidas em muitos aspectos da sistemática oficial de coleta de dados. Os estudos sobre gênero colaboraram, por exemplo, para a ampliação do conceito de trabalho adotado pela PNAD, que a partir de 1992 passa a incluir as atividades para o autoconsumo, a produção familiar, o trabalho não-remunerado para instituições religiosas ou beneficentes, realizadas sobretudo por mulheres, como trabalho. Ver a este respeito, BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as Perguntas Certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade?, VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Brasília, agosto/1997.

diferentes nichos disciplinares/políticos, a saber a psicanálise, a filosofia, história etc., e para o caso que aqui nos interessa, as ciências sociais como um todo, faz sentido ao incluir no primeiro grupo as antropólogas Françoise Héritier e Nicole-Claude Mathieu e no segundo, outras pesquisadoras. As diferencialistas sustentam que a diferença sexual é uma marca universal de alteridade, por oposição às igualitaristas que, guardadas as devidas ressalvas, derivam a condição subalterna do feminino de uma condição histórica, não estrutural.

No Brasil, em decorrência de nossa múltipla exposição às influências desses dois grandes centros, os debates, em torno do que hoje consensualmente denomina-se gênero, começaram pelo genitivo “da mulher”. Durante um certo período a marca francesa do termo relações sociais de sexo, esteve fortemente presente, sobretudo na sociologia do trabalho. Contudo, paulatinamente e em acordo com as mudanças mais gerais e talvez uma certa antropologização das ciências sociais no país²⁴, o uso da categoria gênero tornou-se hegemônico. É bem verdade que a situação atual aponta para transformações nesse cenário. A denominada crise de paradigmas que afeta as ciências sociais e principalmente a crítica às denominadas metateorias sobre social (e aí se incluem as teorias pós-modernas) começaram minar a confiança que se depositava sobre a capacidade heurística do conceito de gênero. O modo como Mariza Correa (1995) define o uso que pretende dar conta à noção em pauta como “relações construídas a partir de identificações ou atribuições de masculinidade ou feminilidade a todos os seres humanos, isto é "mulheres", entre “homens” e entre “mulheres e homens” - **se é que essas designações ainda podem ser usadas num universo tão semioticamente carregado**” é particularmente reveladora da dificuldade de mencionar-se a corporeidade como um elemento de atribuição de diferença.²⁵ Esse trecho ilustra o esfacelamento do acordo que havia há alguns anos atrás de que gênero era a distinção entre os atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos. Voltaremos a esse debate posteriormente.

A principal referência sociológica dos estudos de gênero particularmente nos Estados Unidos foi dada pelos conceitos e teorias funcionalistas, seja como fonte de

²⁴ Refiro-me ao debate tratado na ANPOCS há alguns anos atrás e que pode ser acompanhado pela argumentação de Mariza Peirano em “Os antropólogos e suas linhagens” In: *A favor da etnografia*. Relume-Dumará, 1995.

²⁵ CORRÊA, Mariza. *Morte em Família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

inspiração para a compreensão das diferenças entre papéis masculinos e femininos, seja como crítica dessa interpretação.

PARSONS e BALES²⁶ que tiveram impacto considerável sobre a sociologia dos anos 50 e 60, conceberam a diferença de gênero no interior da família nuclear moderna em termos de papéis “expressivos” (feminino) e papéis “instrumentais” (masculino). Enfatizando as funções socializadoras da família (e do gênero) esta foi compreendida como uma instituição fundamental na manutenção do funcionamento regular da ordem social.

Tal maneira de pensar as relações entre os sexos deixou forte marca na sociologia do gênero em pelo menos três aspectos. Primeiro, forneceu conceitos básicos, como papel sexual e *status*, através dos quais as diferenças entre homens e mulheres foram estudadas. Segundo, supriu os estudos de gênero com a hipótese de que as diferenças sexuais são mais centrais na instituição familiar do que em qualquer outra instituição social e que os arranjos de gênero funcionam primordialmente para assegurar a reprodução social. Finalmente, as análises sociológicas das relações de gênero, sustentadas no conceito de papéis sexuais, desafiaram as visões essencialistas da biologia e da psicologia sobre as identidades humanas na medida em que facilitou o reconhecimento de que os indivíduos se constroem por intermédio da vida social.²⁷

A teoria funcionalista foi, entretanto, uma referência mais negativa do que positiva para a sociologia de gênero. Inúmeras pesquisadoras influenciadas pelos trabalhos pioneiros de feministas norte-americanas que criticaram Parsons²⁸ Por tacitamente legitimar a subordinação feminina e encerrar a problemática das mulheres ao âmbito da família, distanciariam-se daquele modelo procurando conferir ao conceito de gênero um estato teórico mais ambicioso. Argumentaram que considerar gênero como papel social limitava o foco da análise ao comportamento individual e diminuía o seu poder de explicação da dinâmica social mais ampla. E, ainda, que conceber gênero em termos de diferenças sexuais seria reduzi-lo a uma variável empírica ao invés de um princípio de organização social. A noção de gênero passou a ser desenvolvida, então,

²⁶ PARSONS, Talcott and BALES, Robert, F., *Family, Socialization and Interaction Process*, New York, Free Press, 1955.

²⁷ Para uma apreciação positiva da contribuição de Parsons para a sociologia de gênero ou para a sociologia feminista ver Johnson, Miriam M., “Feminism and the theories of Talcott Parsons”, in Wallace, Ruth (ed.) *Feminism and Sociological Theory*, Newbury Park, Sage Publications, 1989.

²⁸ Ver especialmente FRIEDAN, Betty, *The Feminist Mystique*, New York, Norton, 1963.

como uma categoria de análise teórica mediante a qual seria possível dar conta do conjunto da vida social.²⁹

A Segunda grande referência teórica que contribui de forma complexa e contraditória para moldar a sociologia do gênero foi o marxismo. Se, por um lado, as categorias centrais do marxismo focalizadas na produção, trabalho e classes sociais são mais androcêntricas do que as noções de papel sexual apresentada pelo funcionalismo, por outro, o debate em torno do “trabalho doméstico” e da participação das mulheres na força de trabalho estimuladas pelo marxismo permitiram, embora de forma parcial, estabelecer relações entre a família, o trabalho e a política a partir de uma perspectiva das relações de gênero. Desta forma o marxismo contribuiu para que as análises de gênero saíssem dos limites da família, embora seus conceitos tivessem pouca capacidade de dar conta das relações de gênero no interior das demais instituições sociais.

É importante assinalar que os principais desenvolvimentos da sociologia das relações de gênero concentraram-se particularmente nas análises da esfera “privada” ou das instituições associadas às mulheres. Mais recentemente essa sociologia tem procurado mostrar as implicações teóricas disso para outras arenas da vida social mediante um esforço de reconceituação das definições convencionais da política, da economia, das relações de poder e dos processos de mudança.

Acompanhar as sucessivas etapas de formulação do conceito na antropologia ajuda a esclarecer os embates, suas modulações e as presentes críticas que enfrenta. Inicialmente postulou-se a idéia de sistemas de sexo-gênero (Rubin,1975)³⁰ com o intuito de demarcar os dois níveis diferenciais que a condição sexual comporta. O termo mantinha a referência direta ao dimorfismo sexual da espécie humana, ao mesmo tempo que salientava o plano de elaboração cultural de atribuição de significados a essa descontinuidade inscrita nos corpos. O ponto crucial desse momento da reflexão era justamente o papel que a reprodução ocupa como elemento estruturador ou não de significados e de posições sociais atribuídos diferencialmente aos dois sexos.

Se o debate sobre a reprodução era importante também se salientava a

²⁹ Para um balanço da relação entre pensamento femista e sociologia ver STACEY, Judith and THORNE, Barrie, “The Missing Feminist Revolution in Sociology” in KAUFFMAN, Linda (ed.) *American Feminist Thought at Century’s End. A Reader*, Cambridge, Blackwell, 1993.

³⁰ RUBIN, Gayle. “The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex”. In: REITER, R. *Towards an Anthropology of women*. Nova York, Monthly Review Press, 1975.

articulação desse sistema classificatório com outras estruturas sociais tais como a diferenciação etária, esquema de privilégios, ordenação cosmológica.³¹

O argumento central à idéia de sistemas de sexo-gênero é a transformação da diferença sexual operada pela cultura numa relação de opressão (denominada por Rubin de domesticação da mulher)³². A proposta perseguida por várias autoras é de situar o gênero como um "modelo de como as desigualdades entre os sexos figuram e podem ser entendidas pela referência a desigualdades estruturais que organizam uma dada sociedade" (Colier e Rosaldo, 1980, p. 176). O gênero integra um esquema de explicação sobre o social que funciona como um idioma refletindo determinadas estruturas de prestígio. Assim "qualquer manifestação do sexo está enraizada num conjunto mais amplo de premissas cosmológicas e num padrão particular de privilégios e obrigações sociais que dividem categorias sexuais e de idade"³³.

Existem variedades de interpretações sobre a posição da mulher nas diferentes culturas que lidam com o conceito de gênero, de acordo com teorias sociológicas. Há matizes entre as distintas perspectivas, marxista, funcionalista ou estruturalista. Desse modo, formula-se a idéia de assimetria (mas também simetria) sexual, subordinação ou ainda a de opressão. O uso de cada uma dessas expressões indica a vinculação a um estilo de formulação do problema, e a uma dada teoria do social (às vezes, mas não obrigatoriamente, a uma posição política). Contudo, há um acordo generalizado de que a origem da situação feminina peculiar (ressaltando-se a natureza ocidental desse olhar que privilegia essa particularidade)³⁴ se localiza na instituição do parentesco como lugar socialmente sancionado de encontro entre os sexos e que o gênero enquanto princípio classificatório opera em outras instâncias do social.

Há determinadas posições teóricas que questionam a pertinência de um uso

³¹ Ver. ORTNER, S., WHITEHEAD, H. (eds.) *Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981; COLLIER, Jane e ROSALDO, Michelle. Politics and gender in simple societies. In: ORTNER, S., WHITEHEAD, H. *Op. Cit.* e em uma direção um pouco distinta HÉRITIER, Françoise. Masculino e Feminino. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 20, Lisboa, 1980 e Symbolique de l'inceste et de sa prohibition. In: ISARD, M. & SMITH, P (eds.). *La Fonction Symbolique*. Paris, Gallimard, 1979.

³² Rubin, em sua análise destaca que apenas algumas grandes teorias sobre o social concedem à sexualidade um lugar de destaque em suas explicações, a teoria da aliança lévi-straussiana e a psicanalítica de Freud e Lacan.

³³ WHITEHEAD, Harriet. "The bow and the burden strap: a new look at institutionalized homosexuality in native North America". In: ORTNER, S., WHITEHEAD, H. *op.cit.*, p. 80-115.

³⁴ FRANCHETTO, Bruna et alli. Antropologia e Feminismo in *Perspectivas Antropológicas da Mulher nº 1*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1981.

generalizado do conceito, sobretudo quando ele é estendido às sociedades e aos processos de construção da pessoa não ocidentais. Esta tem sido a posição de Strathern, que questiona o projeto acadêmico feminista de tomar o gênero como um idioma estruturante das relações sociais. Nessa empreitada, ela também problematiza, ao estilo antropológico, as próprias categorias analíticas da ciência produzida no Ocidente em contraste com o sistema de classificação nativo (no caso melanésio, a noção de dádiva, de bens e de produção). As identidades de gênero no caso melanésio não seriam unívocas; a pessoa seria uma espécie de andrógino, um permanente vir a ser³⁵.

Essa formulação mais usual de gênero, qual seja a distinção entre o plano dos atributos culturais alocados a cada um dos sexos em contraste com a dimensão anátomo-fisiológica dos seres humanos, está no entanto sob cerrado ataque. A definição, que tinha oferecido uma espécie de conforto temporário contra o atavismo biológico que se insinuava sob a terminologia dos papéis sexuais, titubeia diante de críticas. Em particular aquelas que se perguntam se o próprio termo sexo, sobre o qual um dos seus pólos se apóia, fornece algum tipo de auto-evidência (cf. Butler, 1990)³⁶ que permita contrastá-lo ao gênero. O gênero, segundo esses novos olhares, incide em falácia, pois sustenta-se sobre um pilar problemático: “natureza”; também ela uma idéia historicamente produzida³⁷.

No final da década de 80 a proliferação sobre estudos sobre sexualidade levou a distinguir o que se tratava propriamente de gênero daquilo que designava o plano das escolhas eróticas e da identidade sexual (não a de gênero). Os Estados Unidos, em particular, viram disseminar-se os chamados *Gay and Lesbian Studies* e a *queer theory*, que justamente colocam em cheque a relação entre o plano corpóreo e a identidade de gênero. Essas tendências, também impulsionadas por movimentos sociais de afirmação identitária, começaram a colocar em questão a relação entre construção cultural e diferença anatômica. Esta última passou a ser desconstruída, leia-se desnaturalizada, como veremos a seguir. O debate mais pertinente ao estudo da sexualidade gira em

³⁵ STRATHERN, Marilyn. *The gender of the gift*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1988. Ver também a resenha de PISCITELLI, Adriana publicado em *Cadernos Pagu* nº 2, São Paulo, IFCH/Unicamp, 1994 [211-219]. Um argumento semelhante no que toca a impossibilidade do gênero servir de metáfora para outros planos classificatórios já havia ocorrido a OVERING, Joan no artigo “Men control women? The Catch 22 in the analysis of gender”. *International Journal of Moral and Social Studies*, vol. 1, n. 2, Summer, 1986.

³⁶ BUTLER, Judith. *Gender trouble and the subversion of identity*. (mimeo)

³⁷ Assinala-se que este termo refere-se ao dimorfismo sexual da espécie humana e tão somente a ele. A

torno de posturas designadas como essencialistas, que via de regra, assumem a idéia de uma universalidade de um instinto e/ou desejo sexuais em contraste com assertivas de que tais entidades são efeitos de contextos históricos e culturais específicos. Vale mencionar que mais do que uma oposição fixa esta classificação apresenta-se como um gradiente em que argumentos essencialistas podem ser mais substantivos ou estratégicos em contraste com perspectivas construtivistas mais amenas ou mais radicais (Cf. Vance, 1995).³⁸

A diferença entre os sexos é uma invenção historicamente datada dos finais do século XVIII, segundo Thomas Laqueur³⁹. Não se trata de dizer que diferenças entre os corpos não eram de todo percebidas antes desse período, mas que na virada entre o século XVIII e o XIX delineia-se uma nova concepção sobre os sexos que passaram a ser concebidos como opostos e incomensuráveis. Apesar da empresa científica ter-se lançado a perscrutar os corpos, tais concepções antecedem em muito às “descobertas” científicas, articulando-se com o estabelecimento de uma nova ordem social relativa ao gênero e a sexualidade, que se apresenta sob o liberalismo político. Uma série de transformações na ordem política e ideológica das sociedades ocidentais está na origem dessa mudança de percepção dos sexos, o que veio a construir a problemática da diferença sexual. Esta passou a ser concebida como inscrita nos corpos e percebida como fundacional da distinção entre os gêneros. Segundo Laqueur *é o gênero que inventa o sexo*. Se os seres humanos passaram a ser declarados como iguais, diz o autor, era necessário buscar na natureza a base para a introdução de uma desigualdade.

O exercício analítico de Laqueur tem por conseqüência dissolver o polo “sexo” a partir do qual a categoria de gênero foi construída, uma vez que sua análise histórica questiona a imutabilidade do sexo. Nessa mesma direção colocam-se Judith Butler (1990) e Sthrathern (1988), problematizando a oposição natureza/cultura.

Uma outra possibilidade analítica é oferecida pela conjugação da teoria da hierarquia de Louis Dumont com o conceito de gênero⁴⁰. Baseada nessa premissa, Heilborn buscou construir o porquê da classificação do gênero necessariamente

questão em jogo é evidentemente da aposta teórica na existência ou não de realidades extra-lingüísticas.

³⁸ VANCE, Carole. “A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico”. In: *Physis*, vol.5, nº 1, 1995.

³⁹ LAQUEUR, Thomas. *Making Sex*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

⁴⁰ DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*. Paris: Gallimard, 1979. Postface à édition Tel: Vers une théorie de la hierarchie.

comportar hierarquia, ou seja que razões há que expliquem a constante estrutural de assimetria na montagem das relações entre os gêneros.

A partir do princípio de que tudo que é da ordem do humano é marcado, sendo a significação instaurada pelo Valor, trata-se de salientar que a instituição do masculino está comprometida com uma dada operação simbólica que marca sua distinção perante o outro gênero. Institui-se uma relação marcada pelas propriedades de englobante e englobado. Os conteúdos específicos que adquirem as categorias de gênero nos diversos contextos culturais manteriam este princípio de ordenação, embora possam em substância ser diferentes. Essa interpretação depende da admissão de uma distinção lógica entre natureza e cultura. Ainda que diversos sistemas culturais possam não admitir uma radical separação entre o que no Ocidente denominamos de natureza e cultura ou sociedade, isso não descarta a possibilidade de se operar com esse patamar de raciocínio. O estatuto que a natureza retém numa explicação desse estilo é de ordem lógica, e não se trata de um postulado sobre uma distinção absoluta entre os dois níveis que todos os sistemas representacionais deveriam expressar. Da mesma maneira acolher a idéia de que existe o dimorfismo sexual da espécie não impede de que se reconheça que o sexo possa ser uma categoria historicamente datada. As concepções sobre a diferença sexual não abolem o fato de que existe uma diferenciação nos corpos e que ela importa até o presente momento no modo como a humanidade se reproduz.⁴¹

A problemática do gênero pode ser lida nos termos de dominação masculina, segundo a interpretação de Bourdieu⁴². Sem se utilizar da categoria em exame, sua abordagem converge para uma mesma leitura, qual seja a de que as relações entre homens e mulheres se ordenam por princípios de diferenciação assimétrica. Trata-se de um princípio geral que integra e organiza a economia das trocas simbólicas, instituindo uma dissemetria fundamental entre os sexos na qual homens são equacionados à posição de sujeitos e mulheres na de objetos/instrumentos. Tal condição (já assim descrita por Lévi-Strauss⁴³) é da ordem de uma violência simbólica, termo que se propõe superar a dicotomia entre dominação e consentimento e que atua por meio de uma internalização

⁴¹ STOLKE, Verena. “Mães para uma nova pátria européia” In: *Cadernos Pagu* n° 2, São Paulo, IFCH/Unicamp, 1994

⁴² BOURDIEU, Pierre. “La domination masculine”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n° 84, p. 3-31, 1990.

⁴³ LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1976.

por parte dos sujeitos, constituindo uma dimensão pré-reflexiva, manifesta nas posturas dos corpos socializados.

A partir dessa breve história do desenvolvimento do conceito de gênero fica clara a constante interlocução que ele mantém com o conjunto da teoria social, inscrevendo-se no cerne dos debates sobre a natureza da cultura, os critérios de classificação social, as relações entre sistemas de práticas e sistemas de valores. A trajetória dos embates revela a qualidade heurística do conceito no sentido de propor-se a criticar/superar dualidades que caracterizam a tradição ocidental e a própria teoria sociológica mais geral.

A seguir selecionaremos algumas áreas temáticas nas quais a aplicação do conceito de gênero rendeu inovações significativas para o conhecimento da vida social.

Gênero e Trabalho

Não pretendemos realizar neste texto um levantamento amplo e detalhado do conhecimento produzido pelos estudos de gênero na área do trabalho. Nossa intenção é, sobretudo, fazendo referência a algumas obras, ilustrar diferentes visões da relação entre gênero e trabalho.

O trabalho feminino foi um dos primeiros temas através dos quais as feministas marcam presença na vida universitária no final dos anos sessenta e inícios dos setenta⁴⁴. Vários fatores contribuíram para que este fosse o tema privilegiado. No movimento feminista internacional, à época, predominava a visão de que a exclusão das mulheres do mercado de trabalho estava na raiz de sua subordinação social. O tema do trabalho feminino se integrou inicialmente na tradição da sociologia do trabalho no Brasil, área respeitável e consolidada nas ciências sociais.⁴⁵ Contudo, uma motivação central das

⁴⁴ Ver IUPERJ, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Relatório geral do seminário “A mulher na força de trabalho na América Latina”. Rio de Janeiro, 1979; BRUSCHINI, Cristina, “Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectiva para o futuro” In *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, vol. 2, nº 3, 1994 e “Fazendo as Perguntas Certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade” In: II Congresso Latino-americano de Sociologia do trabalho, dezembro de 1996.

⁴⁵ Dois dos primeiros estudos sobre mulher e trabalho são apresentados como teses de livre docência e de doutorado defendidas no Departamento de Ciências Sociais da USP (área de sociologia) por Heleieth Saffioti e Eva Blay e foram orientadas por Florestan Fernandes e Asiz Simão respectivamente. Ver BLAY, Eva. *A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista*. São Paulo, USP, DCS/FFLCH, 1972 e SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, Livraria Quatro Artes, 1969.

acadêmicas brasileiras para transformarem esse assunto em objeto de investigação sociológica se encontra em boa medida no fato da temática do trabalho apresentar importantes afinidades eletivas com o debate intelectual daquele momento dominado pela teoria marxista. Esta, enfatizando a problemática das classes sociais e da exploração, oferecia o marco teórico de referência para os trabalhos feministas daquele período. O marxismo era tanto um denominador comum que legitimava as tematizações feministas frente ao público não feminista, bem como funcionava como “ponte” intelectual para muitas cientistas sociais se aproximarem do feminismo.

Os estudos feministas na área do trabalho, sobretudo deste período, estão fortemente marcados por referências internacionais que podem ser sentidas pela importância conferida à perspectiva comparativa e pelo uso que fazem de metodologias quantitativas baseadas em fontes censitárias. Esta preocupação contrasta com o perfil mais geral das ciências sociais no país que passam, crescentemente, a adotar metodologias de natureza qualitativa, estudos de caso e metodologias de observação participante, que só mais tarde irão impactar os estudos de gênero.

Sob influência do marxismo procurava-se explicar a participação das mulheres no mercado de trabalho a partir dos efeitos do desenvolvimento industrial e tecnológico sobre as condições de inclusão e exclusão das mulheres na força de trabalho. Constatando uma queda acentuada da participação feminina na força de trabalho industrial evidenciada no Censo de 70, os diagnósticos, entretanto, divergem entre uma visão que considerava esta situação como transitória e que novas oportunidades de trabalho iriam surgir com o desenvolvimento de setores correlatos à indústria, como o de serviços, mais adequados a incorporar mulheres (Madeira e Singer, 1975) e uma visão pessimista que considerava que a modernização tecnológica expulsava as mulheres do emprego, relegando-as à posição de exército industrial de reserva (Saffioti, 1981).⁴⁶

Essas duas perspectivas comungam a compreensão do emprego feminino como variável que depende quase que exclusivamente de fatores de ordem econômica, de tal forma que as peculiaridades da mão de obra feminina não eram integradas no quadro

⁴⁶ Ver MADEIRA, Felícia, R. e SINGER, Paul, I.. “Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970” In *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n° 13, 1975; SAFFIOTI, H.. *Do artesanal ao industrial. A exploração da mulher*. Hucitec, 1981; AGUIAR, Neuma. *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina*. Encontro Nacional da ANPOCS, 1979.

explicativo oferecido.

A partir da década de oitenta os estudos de gênero e trabalho recebem grande impulso em função, por um lado, de transformações sociais expressas no notável crescimento do emprego feminino industrial a partir dos anos 70 e, por outro, do desenvolvimento das análises de gênero, sobretudo aquelas inspiradas nas teorias do patriarcado, que defendem o poder explicativo da dominação masculina e das desigualdades de gênero sobre o conjunto da vida social. Apesar das dificuldades desta conceituação, largamente debatida na literatura feminista, seu impacto sobre as investigações acerca do trabalho feminino permitiu questionar a auto-suficiência com que as explicações econômicas operavam nesse campo temático. Empiricamente e no contexto brasileiro, tratava-se de compreender o ingresso em larga escala de mulheres na força de trabalho industrial e, ao mesmo tempo, o seu confinamento às posições menor remuneradas e de menor qualificação.

Assim, a participação das mulheres no mercado de trabalho passou a ser analisada a partir dos condicionantes impostos pelo ciclo de vida familiar reprodutivo (idade, situação conjugal, número e idade dos filhos) e pelas responsabilidades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares. A condição familiar, diferenciada por gênero, seria apropriada pelo mercado de trabalho que designaria lugares distintos e hierarquicamente dispostos para homens e mulheres determinando o acesso diferencial às ocupações, tarefas, perspectivas de promoção e treinamento, nível de rendimento e outros.⁴⁷

Uma terceira perspectiva de análise oferecida para explicar a quantidade e qualidade dos empregos femininos evita situar na divisão sexual do trabalho doméstico a origem do perfil dos postos de trabalho designados às mulheres⁴⁸. Os mesmos empregos ou postos quando destinados aos homens adquirem outras características, são melhor remunerados e maiores oportunidades de promoção e treinamento são oferecidas. A discriminação das mulheres seria, então, explicada pela presença de

⁴⁷ Nesta perspectiva ver, ABREU, Alice R. de P., *O Avesso da Moda. Trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo, HUCITEC, 1986; BRUSCHINI, Cristina, *O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes*, *Estudos Feministas*, CIEC/ECO/UFRJ, n. Especial/2º sem./1994; ABREU, Alice R. DE P. e SORJ, Bila. "Trabalho a Domicílio e Relações de Gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro", in ABREU, Alice R. P. e SORJ, Bila (orgs.), *O Trabalho Invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio Fundo Editora, Rio de Janeiro, 1993.

⁴⁸ Algumas pesquisas, entretanto, começaram a mostrar que a posição das mulheres na família já não dava mais conta do novo quadro da participação das mulheres no mercado de trabalho, haja vista o aumento da

ideologias de gênero que se inscrevem também no sistema produtivo e orientam práticas de gestão diferenciadas⁴⁹. Assim, as relações de gênero estruturam tanto a família como a produção sem se fixar em um lugar original a partir do qual todas as interações sociais seriam analisadas apenas como decorrências da dominação masculina no âmbito doméstico.

Além da crítica à adoção de causalidades fixas, esta última abordagem estimula a pensar o gênero como um sistema simbólico que organiza relações de poder, igualdades e desigualdades no mundo do trabalho e fora dele. Decorre daí que uma das contribuições mais importantes dos estudos de gênero para a sociologia do trabalho é a de atentar para a dimensão da cultura de uma maneira mais séria do que geralmente foi feito no passado. A implicação mais inovadora e ambiciosa das análises de gênero para a sociologia do trabalho reside, todavia, na crítica que ela contém do paradigma econômico, de indivíduos movidos por interesses racionais. As análises de gênero são as que mais consistentemente têm reivindicado o lugar da cultura, da história e do poder na sociologia do trabalho.

A Violência como Área de Investigação

A contribuição relevante que a perspectiva de gênero trouxe para o estudo do fenômeno da violência é a de salientar, enriquecendo a tradição do pensamento sociológico brasileiro, que ela não se origina exclusivamente das desigualdades de classe; ela se expressa em relações que recortam o conjunto de todos os segmentos da sociedade e que escapa à esfera de atuação do Estado. O tema da violência sempre ocupou um lugar importante na sociologia nacional, ao focar o tema da distribuição e do exercício do poder numa sociedade em que o Estado apresentava-se a princípio enfraquecido frente ao poder local. De certo modo, a análise sobre o fenômeno da violência correlata ao gênero acompanhou a que se produziu sobre relações raciais no país.

atividade de mulheres mais velhas, casadas e mães na última década.

⁴⁹ Ver nesta linha, RODRIGUES, Arakcy, M.. “Lugar e Imagem da Mulher na Indústria”, In COSTA, Albertina O. e BRUSCHINI, Cristina *Uma questão de gênero*. Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992; HIRATA, Helena e HUMPHREY, John. “O Emprego Industrial Feminino e a Crise Econômica Brasileira” In *Revista de Economia Política*, n° 4, out./dez., 1984; SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

A investigação sobre a violência na área em consideração nasce sob a inspiração das questões colocadas pelo movimento feminista, ocupando uma posição especial entre os estudos de gênero aqui realizados. Tal destaque resulta do fato da violência doméstica ou conjugal ser um dos elementos catalisadores da identidade do feminismo nacional, diferentemente de outros enfoques como o do assédio sexual, que marcou de modo intenso o novo alvorecer do movimento feminista na França (anos 60) e hoje galvaniza a opinião pública norte-americana. O lugar estratégico da violência no feminismo brasileiro deve-se em grande medida ao fato dele ter sido o tema, dentro da larga agenda do movimento, que permitiu ampliar a audiência para o seu discurso para além das suas fronteiras militantes⁵⁰. Soma-se a isso que aqui se produziu uma fórmula de certo modo original (quando comparada a de outros países) de enfrentamento da questão: a criação das delegacias especializadas de atendimento à mulher, que foram alvo de uma série de pesquisas a respeito de seu funcionamento⁵¹.

Podemos agrupar os trabalhos arrolados sob essa rubrica em três linhas. Um primeiro grupo se orienta para o modo como a justiça opera nos casos em que a classificação violência contra a mulher pode ser acionada. Mariza Correa⁵² representa o eco inaugural que poderia ter na academia a discussão empreendida no meio feminista. Procedendo a uma leitura de processos judiciais de homicídio (e tentativas de) ocorridos em Campinas (SP) a autora demonstra como a igualdade legal entre homens e mulheres é dissolvida pela preeminência da lógica de gênero nos julgamentos dos crimes. A análise da justiça permite elucidar a maneira complexa pela qual as classificações de gênero podem atuar no benefício das mulheres ou no agravamento de sua avaliação moral, segundo a tipologia do crime. As análises que se seguiram ajudaram demonstrar que a homogeneidade da “opressão” feminina nas diferentes searas sociais sustentada pelo discurso militante estava muito longe de ser verdadeira. O estupro, por exemplo, aparece como o tipo de delito que abriga as penas mais duras contra os agressores toda

⁵⁰ Os famosos assassinatos de mulheres (de camadas médias) no início dos anos 80, assinalaram transformações no âmbito da família e no modo como os julgamentos de legítima defesa da honra eram considerados pela justiça. Ver ARAGÃO, Luiz Tarlei. “O Sacrifício da Mulher” In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 91-8, 1980. Nesse artigo é argumentado que a comoção social em torno dos crimes sinaliza para o caráter de transgressão ao sagrado presente na atitude feminina (desejo de autonomia).

⁵¹ Entre muitos trabalhos, destaco BRANDÃO, Elaine. *Nos Corredores da DEAM: um ensaio etnográfico sobre mulheres e violência conjugal*. Dissertação de mestrado, Instituto de Medicina Social/UERJ, 1997.

⁵² CORREA, Mariza. *Os atos e os autos*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 1975, mais tarde transformada no livro *Morte em Família*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

vez que a conduta da vítima aparentar honra feminina⁵³.

Um segundo conjunto de pesquisas diz respeito às representações femininas acerca da violência⁵⁴. O debate entre cumplicidade para com a violência ou vitimização recorta o campo desses estudos e nele se exprime uma das tensões constitutivas desse diálogo: a maior ou menor proximidade com o discurso militante. Como assinala Grossi os estudos voltados para este tema se preocupam em desnaturalizar a violência doméstica, ocorrendo um gradativo afastamento das formulações acadêmicas das militantes no sentido de salientar a não universalidade de uma experiência feminina diante das agressões masculinas⁵⁵. Machado e Magalhães⁵⁶, por exemplo, assinalam a existência de uma nova perspectiva na literatura que abandona a polarização entre vítimas femininas e algozes masculinos para a formulação de “casais violentos”.

Finalmente um terceiro núcleo de trabalhos enfoca as agências que atuam nesse campo, seja as organizações não governamentais – os já extintos SOS Violência ou as delegacias e equipamentos sociais pertinentes como os abrigos⁵⁷. Um bom exemplo, que se insere nos dois subgrupos mencionados, é a reflexão empreendida por Maria Filomena Gregori⁵⁸ que se debruçou sobre as então nascentes organizações de apoio às vítimas da violência conjugal. A autora explode os limites do objeto empírico - o atendimento proposto pelos SOS - Violência - e propõe uma interpretação que reverte as expectativas do diálogo ameno com as crenças arraigadas do feminismo: a condição de

⁵³ ARDAILLON, Danielle e DEBERT, Guita. *Quando a vítima é mulher*. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987. Cf. também o trabalho coordenado por Sérgio Carrara – Violência contra a mulher no Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisas do ISER, 1996.

⁵⁴ Cumpre notar que não existem pesquisas que abordem as representações masculinas sobre esse fenômeno.

⁵⁵ GROSSI, Myriam Pilar. *Représentations de la violence: discours sur la violence contre les femmes ao Rio Grande do Sul*. Doutorado, Université de Paris V, 1988. Ver ainda “Vítimas ou cúmplices? Dos diferentes caminhos da produção acadêmica sobre violência contra a mulher no Brasil”. XV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – MG, out./1991; “Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil.” In: *Revista Estudos Feministas* n° especial. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994; “Lutas feministas, violência conjugal e novas violências contra as mulheres no Brasil”, PPGAS/UFSC. Seminário violência contra a mulher. São Paulo, 30 e 31 de maio, 1994, todos de GROSSI, M. P. Destaca-se na direção apontada o trabalho de FONSECA, Claudia. “La violence et la rumeur: le code d’honneur dans un bidonville brésilien” In: *Les Temps Modernes*, n° 455, 1984 [2193-2235].

⁵⁶ MACHADO, Lia e MAGALHÃES, Maria Teresa. Violência Conjugal: os espelhos e as marcas. *Série Antropológica*, n. 240. Brasília, UNB, 1998.

⁵⁷ GREGORI, Maria Filomena. “Cenas e Queixas: mulheres e relações violentas”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 23. São Paulo, p. 163-75, março, 1989. PONTES, Heloisa. *A família, a violência e o feminismo*. São Paulo, 1983, mimeo. [Comunicação apresentada ao 7° Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro].

⁵⁸ GREGORI, Maria Filomena *Cenas e Queixas. Um Estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo, Paz e Terra/ANPOCS, 1993.

vítima das mulheres. Nesse sentido seu trabalho é indicativo do modo como as acadêmicas “feministas” buscaram no âmbito dos estudos de gênero encontrar a legitimidade dos objetos e das perspectivas de análise compromissadas com a do gênero como vetor de organização social, sem, no entanto, perderem de vista que o seu compromisso maior era com o fazer ciência social.

O ponto crucial a ser enfatizado é que coube a esses estudos demonstrar a existência de uma modalidade específica de violência, aquela que se origina no modo como se armam as relações entre homens e mulheres no âmbito doméstico e familiar. As mulheres, quando alvo de agressões, o são por parte de homens (parentes ou afins) que integram o seu grupo doméstico/ familiar: maridos, ex-companheiros, pais e padrastos e namorados. As estatísticas de vitimização feminina⁵⁹ são contundentes no sentido de assinalar de que modo a estrutura da conjugalidade em particular, e a da família em geral, no que implicam uma ordenação de gênero, abriga uma virtualidade de violência (simbólica ou física). As relações de gênero fornecem a moldura que dispõe homens e mulheres em certas posições estruturais, a despeito deles mesmos (Bourdieu, 1990), que enseja essa modalidade específica de dominação. Heleieth Saffioti propõe a expressão “violência de gênero” e parece concordar com a perspectiva presente no trabalho de Nicole-Claude Mathieu⁶⁰ de que as relações sociais de sexo sempre apontam para um horizonte de coerção física no modo como se estruturam. A literatura indica que a irrupção da violência física, em alguns casos, contribui para a restauração de papéis de gênero, o que é almejado do ponto de vista das mulheres (Gregori, 1994), podendo se explicar sociologicamente porque os sujeitos femininos podem administrar a violência por longos períodos e utilizar determinados mecanismos como a denominada retirada da queixa para alcançarem a reorganização do vínculo conjugal (Brandão, 1997)⁶¹.

Novas leituras e tendências começam a aparecer nessa temática: a investigação sobre os agravos à saúde produzidos pela experiência da violência doméstica, assim

⁵⁹ As estatísticas assinalam que no Rio de Janeiro, nos casos de agressão notificados em quatro delegacias especializada de atendimento à mulher 73,8% dos delitos foram perpetrados por maridos e companheiros; 3,8% por ex-maridos e ex-companheiros; 9,4% por parentes; 4,8% por vizinhos/as; 2,4% por estranhos, e 5,8% por estranhos. Tabela 17 – grau de afinidade vítima-agressor, p. 82 In: SOARES, Luiz Eduardo et. al.. “Violência Contra a Mulher: as DEAMs e os pactos domésticos”. In SOARES, Luis Eduardo (org.) *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, p. 65-105, 1996.

⁶⁰ SAFFIOTTI, Heleieth I. B. e ALMEIDA, Suely Souza. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995; MATHIEU, Nicole-Claude, “Quand céder n’est pas consentir”.

como pesquisas que inquiram sobre a chamada violência institucional, em particular a que se faz presente no sistema de saúde; tais pesquisas visam introduzir um olhar que resgate as diferenças de atendimento segundo o sexo da clientela e as ideologias de gênero que modelam a relação médico-paciente.⁶²

Estudos sobre Sexualidade

Já havíamos mencionado no começo desse artigo de que maneira a antropologia pela sua própria história havia sempre se interessado pelos temas que o olhar feminista teria vindo despertar dentro da academia. Certamente este é o caso dos estudos sobre família, área tradicional dentro da disciplina. Parece-nos que a grande contribuição tributável à perspectiva do gênero está na sua origem ao avaliar o impacto que as transformações associadas à disseminação da ideologia feminista tiveram sobre a instituição família. O feminismo aparece como um desdobramento da ideologia igualitária-individualista⁶³, associado a um complexo conjunto de transformações nos costumes que ocorreu a partir da década de 60. No caso brasileiro, tem-se assinalado, de um lado, que essa modernização teve como palco privilegiado as camadas médias e superiores da sociedade, e de outro lado, sustenta-se que tais mudanças não foram exclusivas desses segmentos, manifestando-se sua disseminação também nos setores populares⁶⁴, onde supunha-se prevalecer modelos de organização familiar mais tradicionais. A avaliação desse gradiente moderno-tradicional tem inspirado fortemente o debate nessa área, visto que seu lugar mais evidente seria a alteração do papel feminino dentro da instituição familiar. É o abalo da divisão nítida entre as esferas do masculino e do feminino, associadas à entrada expressiva da mulher no mercado de trabalho, à redução do tamanho da família (queda vertiginosa da taxa de fecundidade), que uma vasta literatura busca descrever e analisar.⁶⁵

⁶¹ BRANDÃO, E. *Op. cit.*

⁶² Ver GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde, 1994. (mimeo)

⁶³ FRANCHETTO, Bruna et. al.. "Antropologia e Feminismo", *Perspectivas Antropológicas*, nº 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. ARDAILLON, Danielle e CALDEIRA, Teresa. "Mulher: indivíduo e família". In: *Estudos CEBRAP* (2-10), vol. 2. n. 4, 1984.

⁶⁴ Cf. VAITSMAN, Jeni. "Pluralidade de Mundos entre Mulheres Urbanas de Baixa Renda". In: *Estudos Feministas*, vol. 5, nº 2, 1997

⁶⁵ SALEM, Tania. *Sobre o casal grávido: incursão em um universo ético*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/PPGAS/MN, 1987. VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais – identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: ROCCO, 1994. DAUSTER, Tania. *Nome da*

Na vertente de estudos sobre família e gênero nos setores populares, a proposição da matrifocalidade estrutural dividiu opiniões diante da clássica definição da prevalência da organização familiar de tipo patriarcal⁶⁶. Estamos diante de um aparente dilema, a matrifocalidade, estampada na proliferação do fenômeno “mulheres chefes de família”, falaria de princípios ideológicos subordinados ou secundários e “a relativa ‘autonomia’ da mulher seria expressiva de uma instrumentalidade pragmática de sua função biológica e social, do que propriamente *locus* fortemente valorado em relação a outras categorias de parentesco...” (Aragão, 1983, p.135).⁶⁷ É a partir deste quadro interpretativo que Parry Scott (1990) realiza sua pesquisa sobre as percepções masculinas relativas ao espaço doméstico. O autor define as relações de gênero como ordenadas pela mesma lógica de todas as relações sociais: o poder, supondo que ao homem estaria destinada uma condição de "patriarca potencial" (1990, p. 40) posição que, entretanto, não lhe é possível alcançar devido à impossibilidade de preencher o papel de provedor. A análise do desenvolvimento do ciclo doméstico permite salientar essa flexibilização dos valores em termos da imposição (dura) da realidade prática, ainda que, em termos ideais, o "herói da casa seja o homem" (fala de entrevistado citada por Scott, 1990, p. 45). Tania Salem (1981)⁶⁸ descreve a situação social de mulheres chefes-de-família. Apesar de serem responsáveis quase que integrais pela manutenção dos filhos, não valorizam a importância de sua posição no grupo doméstico. O valor masculino está, entretanto, sempre presente apesar da ausência física do homem. A constância dessa não-presença ressalta não apenas a transitoriedade do homem, a não-valorização da paternidade, mas, sobretudo, passando dos efeitos à origem, a quase

família: maternidade fora do casamento e o princípio de filiação patrilinear. Tese de doutorado, MN/PPGAS/UFRJ, 1995; HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: conjugalidade, gênero, identidade sexual.* Tese de doutorado, PPGAS/MN/UFRJ, 1992.

⁶⁶ ARAGÃO, Luiz Tarlei. “Em Nome da Mãe” In *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 109-45; SARTI, Cynthia “A Família Patriarcal entre os Pobres Urbanos” In *Cadernos de Pesquisa*, n. 82, São Paulo, p. 37-41, agosto, 1992; SALEM, Tania. “Mulheres Faveladas: com a venda nos olhos”. In FRANCHETTO, B. e HEILBORN, M. L. (orgs.) *Perspectivas antropológicas da mulher*, 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49-99.; SCOTT, R. Parry. “O Homem na Matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 73, p. 38-47, 1990; SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

⁶⁷ SMITH, Raymond. *The negro family in the British Guiana*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1956, forjou o termo matrifocalidade nos anos 50 para o estudo da organização familiar no Caribe. Lá como aqui, em certos segmentos sociais observa-se que os casamentos ou parcerias sexuais são instáveis; a ênfase ideológica e normativa não está colocada na família nuclear, mas na relação mãe-prole.

⁶⁸ SALEM, Tania “Mulheres Faveladas: com a venda nos olhos”, in FRANCHETTO et alli (orgs.), *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, nº1, Rio de Janeiro, 1981, p.49-99.

impossibilidade de realização de um ideal identitário. No entanto, articula-se uma tal investidora simbólica - de um papel basilar ancorado na representação de provedor do lar e de articulador do doméstico com o público - que ela é transferida para um filho varão.

O debate assinala a permanência de um modelo familiar nas camadas trabalhadoras urbanas em que a figura masculina detém a posição de articulador com o mundo extra doméstico. A proliferação de famílias chefiadas por mulheres não aponta para mudanças significativas no nível representacional.

No que toca o universo das camadas médias, a discussão sobre individualismo torna-se mais nítida⁶⁹. Os aspectos tratados desfilam entre a “carreira solo no tocante à procriação” (Dauster, 1990) ao papel que a profissão ocupa na nova definição de gênero. A análise aponta na direção do contraponto entre o discurso liberal, individualizante e uma série de inconsistências e ambivalências relativas à almejada autonomização feminina (Salem, 1987 e Lins e Barros, 1987)⁷⁰.

Quanto a seara dos trabalhos versando sobre sexualidade, é necessário indicar que eles começaram a se desenvolver de modo paralelo aos estudos de gênero, dentro da rubrica de “comportamento desviante” e “desvio social”, que integravam tradicionalmente o elenco de questões sobre o qual a sociologia e a antropologia **urbanas** se interessavam. Assim, estudos sobre prostituição feminina⁷¹ (e depois a masculina) e homossexualidade⁷² começaram a surgir. Na verdade, tratavam da

⁶⁹ ARDAILLON, Danielle. *O cotidiano de mulheres profissionais: o engodo do individualismo*. São Paulo, 1989. Dissertação de mestrado Ciência Política/USP; ROCHA, Ana Luiza C.. *A dialética do estranhamento: a reconstrução social de mulheres separadas em Porto Alegre*. Mestrado, UFRGS, 1985.

⁷⁰ DAUSTER, Tania Filho na barriga é o rei na barriga: mitos de poder, destino e projeto nas relações entre os gêneros nas camadas médias urbanas. In: *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, vol.84, nº 2, 1990; SALEM, Tania (1987), *Op. cit.* e LINS e BARROS, Myriam *Autoridade e afeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

⁷¹ Sobre prostituição feminina: GASPAS, Maria Dulce. *Garotas de programa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985; MAZZARIOL, Regina Maria. *Mal necessário: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas*. Mestrado UNICAMP, 1977; FREITAS, Renan. *Bordel, bordéis: negociando identidades*. Dissertação de mestrado (sociologia), IUPERJ, 1983; FONSECA, Cláudia. “A Dupla Carreira da Mulher Prostituta”. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 4, n. 1/1996, p. 7-34.

⁷² GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Dissertação de mestrado, PPGAS/MN/UFRJ, 1977; FRY, Peter. “Da Hierarquia à Igualdade” In : *Para inglês ver: identidade política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982; PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê*. São Paulo, Brasiliense, 1984; PARKER, Richard. *Corpos, Prazeres e Paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Best Seller, 1991; PORTINARI, Denise. *Discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo, Brasiliense, 1989 e MUNIZ, Jacqueline, *Mulher com Mulher Dá Jacaré: uma abordagem antropológica da homossexualidade feminina*. Dissertação de mestrado, PPGAS/MN/UFRJ, 1989. CARVALHO, Tamara. *Caminhos do desejo: uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 1995.

problemática das relações de gênero sem que pudessem ser definidos como integrantes exclusivos dessa área. Os trabalhos sobre homossexualidade, em particular, contribuíram para uma melhor distinção entre o plano da elaboração da identidade de gênero e o da orientação sexual. É justamente nessa dimensão que se pôde desenglobar a sexualidade da performance de gênero, assinalando a não univocidade entre estas duas esferas (Rubin, 1984)⁷³.

Há uma discussão alentada sobre esse tema, que recorta tanto a literatura internacional quanto a brasileira. Ela diz respeito ao modo de se operacionalizar as estratégias de recorte sobre o que denominamos sexual e sexualidade considerando-se a trajetória particular do ocidente nessa área, tão bem argumentada por Michel Foucault (1977)⁷⁴. Na modernidade ocidental ocorreu uma dissociação de diversas esferas do mundo social, promovendo uma compartimentação do sexual. Este desenglobou-se da esfera conjugal e familiar mais ampla, instituindo-se a sexualidade como domínio portador de sentido em si mesmo. Parte do debate que marca a literatura antropológica nacional exprime-se na oposição entre duas perspectivas interpretativas— a sexualidade autonomizada seria apanágio de determinados grupos sociais (Duarte, 1986)⁷⁵ ou seria uma condição generalizada das sociedades (pós) modernas (Giddens, 1993)⁷⁶.

A comparação entre a homossexualidade masculina e a feminina (Heilborn, 1992) reveste-se de especial interesse para iluminar que se sexualidade e gênero são dimensões relativamente autônomas, elas apresentam de fato pontos de interconexão. Estes decerto variam do *coming-out*, às formas de gestão da vida sexual e amorosa que reúnem pessoas do mesmo sexo, o que indica a influência do gênero na estruturação dessas práticas: seja na diferença entre as formas de sociabilidade, de estruturação das redes de parceiros (sexo anônimo ou não) ou a prevalência do modelo da conjugalidade para os pares de mulheres e a sua pouca representatividade para os homens *gays*.

A emergência da epidemia HIV/AIDS e a necessidade de compreensão da sua

⁷³ RUBIN, Gayle. "Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality", In: Vance, C. "Pleasure and danger: exploring sexuality". Londres: Routledge and Kegan Paul, 1984.

⁷⁴ ⁷⁴ HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é Par: Conjugalidade, gênero e identidade sexual*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1992; VANCE, Carole. "Social Construction Theory and Sexuality" In: BERGER, Maurice et alli. *Constructing Masculinity*. London and New York, Routledge
FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

⁷⁵ DUARTE, Luiz Fernando Dias. "Pouca Vergonha, Muita Vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas" In: LOPES, José Sérgio Leite (org.), *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura das classes trabalhadoras*. Rio de Janeiro, UFRJ/Marco Zero, 1987 [203-226].

⁷⁶ GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo, UNESP, 1993.

articulação como domínio da sexualidade para a formulação de políticas de saúde trouxeram um fluxo expressivo de recursos para o financiamento das pesquisas nessa área. Nota-se também que, mais recentemente, ocorreu a introdução da perspectiva de gênero nessas investigações, em parte decorrência do fenômeno da chamada feminilização do perfil epidemiológico da AIDS⁷⁷ e também da atenção suscitada pelos aspectos relativos à reprodução⁷⁸.

Conclusões

Buscamos inventariar nesse trabalho quais foram as repercussões da trajetória dos estudos de gênero no país para o conhecimento sociológico no país. Procuramos destacar as peculiaridades da institucionalização de uma área de estudos que mantém uma forte afinidade com problemas formulados pelo campo político. Entre as estratégias de legitimação acionadas pelas pesquisadoras envolvidas nesse tema encontram-se a substituição do recorte empírico mulher para o conceito de gênero e também a recusa de auto-exclusão do *establishment* acadêmico. Evidentemente seria ingênuo supor que esta postura teria garantido automaticamente o reconhecimento e a respeitabilidade por parte dos demais atores que definem o campo intelectual. Mas certamente este é um dos traços característicos da institucionalização dessa área temática no Brasil. É também evidente que para ganhar posição no campo acadêmico é necessário demonstrar o valor cognitivo da reflexão empreendida. Procuramos mostrar então através de alguns exemplos, onde tal contribuição pôde melhor se destacar no sentido de refinar a compreensão da vida social.

⁷⁷ GUIMARÃES, Carmen Dora. "Mas eu Conheço Ele: um método de prevenção do HIV/AIDS", In: GALVÃO, J. & PARKER, R. (orgs.), *Quebrando o silêncio: mulheres e AIDS no Brasil*, Coleção História Social da AIDS, v. 7, Rio de Janeiro, ABIA/IMS-UERJ/Relume Dumará, 1996 [169-179]; KNAUTH, Daniela, R. *AIDS, Reprodução e Sexualidade: uma abordagem antropológica*, Porto Alegre, UFRS, 1995; LOYOLA, M. "A. AIDS e Prevenção da AIDS no Rio de Janeiro", In LOYOLA, M. A. (org.) *AIDS e Sexualidade: o ponto de vista das Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, Relume Dumará/UERJ, 1994 [19-72]; MARTIN, Denise. *Mulheres e AIDS: uma abordagem antropológica*. Dissertação de mestrado, defendida no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

⁷⁸ LEAL, Ondina Fachel (org.). *Corpo e significado: ensaios de antropologia estrutural*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.